

Tor Participações S.A.

(NPJ nº 07.818.736/0001-10)

Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balço Patrimonial		Controladora		Consolidada		Balço Patrimonial		Controladora		Consolidada		Demonstração dos Fluxos de Caixa					
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024	Nota	2025	2024	2025	2024	
Circulante																		
Receitas e equivalentes de caixa	7	8.366.820	7.421.958	13.715.587	26.835.465													
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	176.469	1.174.620	26.797.274	17.790.894													
Estoques				51.339.529	39.090.288													
Tributos a recuperar	10(b)	166.439	155.753	697.205	733.619													
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10(a)		91.948	735.012	454.564													
Adiantamentos		2.409	4.279	4.279	3.675.699													
Outros ativos		674.554	150.649	328.272	107.327													
Total do ativo circulante		8.880.282	9.006.028	97.836.664	89.112.484													
Não Circulante																		
Realizável a longo prazo				131.549														
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		468.509		619.570	697.253													
Adiantamento a fornecedores	11			543.362	561.742													
Tributos a recuperar				13.133														
Depósitos judiciais	12(b)			93.217	98.400													
Outros ativos		468.509		1.360.833	1.317.956													
Total do realizável a longo prazo				1.360.833	1,317,956													
Investimentos em controladas e joint venture	5	191.961.150	186.699.990	143.563.776	141.356.939													
Outros investimentos																		
Direito de uso e arrendamento				84.999.293	211.312													
Intangível	13	9.440.174	10.139.311	84.999.293	211.312													
Outros ativos		4.420	4.432	62.875.233	63.338.753													
Total do ativo não circulante		202.374.233	196.843,723	267,799,899	288,979,478													
Total do ativo		111,257,515	105,849,751	1,244,464,563	1,178,091,962													
Passivo e patrimônio líquido																		
Circulante																		
Fornecedores e outras contas a pagar	14	4.068.651	4.443.275	67.864.130	36.166.876													
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	62.772.304	53.668.387													
Debitivos																		
Adiantamentos de clientes				16.000	15.996													
Salários e encargos sociais	577,689	531,436	2,577,564	2,414,774														
Tributos a receber	41,186	39,094	2,331,572	1,663,311														
Imposto de renda e contribuição social a recolher				80,363	1,298,619													
Outros passivos	16	20,929	19,273	133,048	1,255,851													
Total do passivo circulante		4,708,454	5,049,079	136,956,381	96,528,609													
Fornecedores e outras contas a pagar	14	18,334,951	18,334,951	16,086,880	16,086,880													
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	22,278,402	60,290,872													
Adiantamento de clientes				581,152	578,827													
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	54,773,368	55,018,050	54,773,368	55,018,050													
Provisão para perdas em investimentos	5	32,888,797	51,936,748	-	-													
Contingências passivas	17	26,516	32,315	28,467,424	28,475,417													
Outros passivos	16	1,017,729	1,017,729	6,816,850	7,709,532													
Total do passivo não circulante		107,041,397	126,339,289	123,004,164	184,768,337													
Total do passivo		111,749,811	131,388,368	260,960,547	280,796,946													
Patrimônio líquido	18																	
Capital social		2,260,000	2,260,000	2,260,000	2,260,000													
Ajustes de avaliação patrimonial		(219,568)	141,825	(219,568)	141,825													
Reservas de lucros		97,470,448	72,059,071	97,470,448	72,059,071													
Total do patrimônio líquido		99,510,880	74,460,896	99,510,880	74,460,896													
Total do patrimônio líquido		99,510,880	74,460,896	99,510,880	74,460,896													
Total do patrimônio líquido		211,260,691	205,849,724	390,634,561	375,091,962													
Demonstração do Resultado Abrangente																		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício																		
Outros componentes do resultado abrangente																		
Variação cambial de ativos e passivos em moeda estrangeira	18(e)	(169,133)	(4,308,767)	(169,133)	(4,308,767)													
Total do resultado abrangente do exercício		25,049,984	(81,861,236)	21,260,729	(76,069,725)													
Atribuível a																		
Controladas da Companhia																		
Participações dos não controladores																		
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ações atribuíveis aos acionistas da controladora	24																	

Operações contínuas	Controladora		Consolidada		Controladora		Consolidada	
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Receita operacional líquida	20	112.828	103.183	388.338.176	369.049.823			
Custos dos produtos vendidos				(347.779.028)	(331.070.020)			
Lucro bruto		112.828	103.183	40.559.078	58.047.803			
Despesas com vendas	21			(6.609.619)	(6.276.293)			
Despesas operacionais e administrativas	21	(327.046)	948.173	(12.192.705)	(12.598.802)			
Outros resultados operacionais, líquidos	22	1.195.090	(2.373.742)	2.500.462	(2.733.128)			
Participação nos lucros ou prejuízos das controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	5	6.108.649	(560.019)	(587.660)	(699.490)			
Lucro (Prejuízo) operacional		7.089,424	(1.882,405)	23,669,605	29,859,284			
Recargas financeiras		1.080,621	521,864	5.160,352	8.525,343			
Despesas financeiras		(1,522,777)	(1,609,077)	(16,554,357)	(25,549,894)			
Variação cambial, líquida				(1,191,191)	(1,556,593)			
Resultado Financeiro, líquido	23	(434,682)	(1,086,993)	(11,411,978)	(18,514,456)			
Participação nos lucros ou prejuízos das controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	5	18,319,595	(75,434,062)	18,319,595	(75,434,062)			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		24,974,434	(78,403,460)	30,577,273	(68,547,213)			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19(a)			(3,861,484)	(3,477,330)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19(b)	244,683	850,991	-	-			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício das operações contínuas		25,219,117	(77,552,469)	26,960,472	(71,735,555)			
Operações descontinuadas								
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício das operações descontinuadas	5(g)				(587,403)			
Atribuível a								
Controladas da Companhia								
Participações dos não controladores								
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ações atribuíveis aos acionistas da controladora	24							

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora		Consolidada		Controladora		Consolidada	
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Capital								
Reservas de lucros								
Lucros (prejuízos) acumulados								
Total do patrimônio líquido								

Setor A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A Tor Participações S.A. ("Companhia" ou "Tor") e suas subsidiárias ("Controladas" ou "Grupo"), atuam no segmento de mineração, fundição, industrialização e comercialização de metais não ferrosos, predominantemente alumínio, em unidades produtivas localizadas em diversos estados do Brasil e em Portugal, vendendo seus produtos principalmente para indústrias do ramo de eletrônica, siderurgia, dentre outras, tanto no Brasil quanto no exterior. A Companhia é uma sociedade por ações e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de alumínio, sob a denominação "holding", bem como a administração de imóveis próprios, caso sejam adquiridos pela Companhia. **1.1 Relação de entidades controladas:** a Companhia controla diretamente as seguintes empresas, além de outras participações em empresas controladas em conjunto (joint venture):

Controladas diretas	Participação no Capital Social		Participação no Patrimônio Líquido	
	Nota	2025	2024	2025
BL Transportes e Logística Ltda.		100%	100%	100%
EcoWhite Trading Ltda. ("EcoWhite")		100%	100%	100%
NBF Mineração S.A.		100%	100%	100%
NFM Green Smelter Ltda.		100%	100%	100%
ZWM - White Solder EU Metals Ltda.		100%	100%	100%

★ **continuação**

d. Cost sharing: A Companhia e suas subsidiárias possuem um instrumento particular de compartilhamento de despesas administrativas e operacionais (*cost sharing*) em conjunto com a WSG, onde acordam que, para a realização de suas atividades administrativas, as subsidiárias necessitam do compartilhamento da infraestrutura administrativa disponibilizada pela Companhia, que arcam, individualmente, com todos os custos decorrentes da manutenção desta infraestrutura. Sendo assim, através do instrumento particular, o Grupo define a fórmula e os critérios que serão utilizados pelas partes para calcular a porcentagem de cada subsidiária no rateio das despesas administrativas e operacionais pendidas pela Companhia e pela Tor. As atividades empreendidas para auxiliar a administração das subsidiárias compreendem os seguintes setores: • Contabilidade e fiscal; • Financeiro; • Administrativo; • Qualidade; • Tecnologia da Informação; • Custos e orçamento; • Suporte SAP e • Departamento pessoal. Cada setor é responsável pela realização de uma parcela específica das atividades que são suporte às subsidiárias, auxiliando-as na parte administrativa e operacional através de uma equipe de profissionais que pode desenvolver atividades para todas as subsidiárias. No final de cada mês, após a contabilização de todas as receitas e despesas, será apurado o resultado do período, que será rateado para cada subsidiária de acordo com a porcentagem do faturamento individual de cada uma em relação ao faturamento total do Grupo. Após a apuração do valor devido, a Tor providenciará emissão de Nota de Débito para cada uma das subsidiárias, nos respectivos valores devidos por cada uma no prazo de até 30 (trinta) dias, com vencimento para o décimo quinto dia após a emissão. A movimentação do *cost sharing* durante os anos de 2025 e 2024 está apresentada a seguir:

	2025	2024
Bl. Transportes e Logística Ltda.	82.663	108.954
Ecowhite Trading Ltda.	379.563	318.820
NBF Mineração S.A.	536.011	590.908
Wire Metais Ltda.	-	141.989
White Solder Group S/A	30.120	35.617
White Solder da Amazônia Ltda.	375.253	376.766
White Solder Ltda.	4.006.975	4.277.134
White Solder Metalurgia e Mineração Ltda.	4.756.023	4.982.715
A - Tor Participações Ltda.	13.169	19.042
F - Tor Participações Ltda.	8.998	7.599
K - Tor Participações Ltda.	10.200	11.392
R - Tor Participações Ltda.	12.408	10.857
	10.213.383	10.881.500

28. Seguros: O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes consideráveis suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (informação não auditada). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante da Cobertura
Veículos	Seguro de Veículo	61.101
	Danos Materiais	2.500.000
	Médicos e Hospitalares	-
	Danos Corporais	3.900.000
	Danos Morais	138.367
	Acidentes Pessoais e Passageiros - Morte	400.000
	Acidentes Pessoais e Passageiros - Invalidez	400.000
Predial	Danos Materiais	120.008.502
	Danos Elétricos	1.000.000
	Roubo/Furto Qualificado de Bens	4.000.000
	Perda ou Pagamento de Aluguel de Terceiros	10.000.000
		131.346.869

Vida (Funcionários) Morte Natural ou Acidental 18x salário do colaborador
Invalidez Permanente ou Parcial por Acidente mínimo de R\$ 50 mil e máximo de R\$ 396 mil
Invalidez Funcional Permanente por Doença

Morte Natural ou Acidental do Cônjuge 9x salário do colaborador, mínimo R\$50 mil e máximo de R\$ 396 mil
Acidente de Trabalho 276.465
Morte Natural ou Acidental de Filhos 1,8x salário do colaborador, limitado a R\$ 10 mil

(i) inclui prédios, máquinas, móveis, utensílio, mercadorias e matérias-primas, incluindo as unidades do Grupo WSG. **Seção E - Políticas Contábeis: 29. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

(i) **Empresas do grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira da investida ZIM - White Solder EU Metais Lda. (a qual não tem moeda de economia hiperinflacionária) cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação como segue: Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; As receitas e despesas de cada demonstração de resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das operações); e Todas as diferenças de câmbio resultantes, são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante (vide nota 15). **d. Receita de contrato com cliente:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento em que os produtos são faturados e destinados ao cliente, que se torna o beneficiário e passa a total liberdade sobre o canal de venda dos produtos, bem como aceita os termos de pagamento sendo possível avaliar a determinação dos fluxos de caixa futuros referentes a transferência do ativo. **e. Subvenção e assistência governamentais:** A subsidiária NBF possui incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, cuja condição onerosa atendida para concessão é a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Sudam. O valor do imposto que deixa de ser pago é destinado à reserva para Doações e Subvenções para Investimentos contra o resultado (nota explicativa 29(b)), que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que já tenham sido observadas as demais reservas de lucros ou aumento do capital social, podendo ser distribuída aos acionistas mediante tributação. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem receitas e despesas de juros, ganhos e perdas líquidos de variação cambial, descontos concedidos e obtidos, encargos sobre empréstimos, financiamentos e outras operações, receita e despesa com operações de hedge, e receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionadas a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. **(f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferida:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Tor Participações S.A.

fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da manobra sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **h. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **i. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos terrenos, prédios, edificações, máquinas e equipamentos industriais menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada (nota explicativa 12). O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. **(ii) Custos subsequentes:** O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício. **(iii) Depreciação:** Os custos dos terrenos são depreciados ao valor residual. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil para controladora e consolidado, que é estimada como segue: • Edifícios, dependências e benfeitorias - 20 anos • Máquinas e equipamentos - 8 anos • Outros - 5 a 10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. **(iv) Impairment e baixa:** As controladas do Grupo optaram por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) (nota explicativa 12). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido das controladas, líquido dos tributos diferidos correspondentes (nota explicativa 18(f)). O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em avaliações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **j. Ativos intangíveis: (i) Reconhecimento e mensuração:** As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de software) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. **(ii) Custos subsequentes:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ação gerido internamente são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** As marcas registradas não são amortizadas, pois não possuem vida útil definida. As licenças são amortizadas durante a vida útil estimável de cinco anos. Em relação à mina da NBF, a amortização é feita considerando a capacidade produtiva estimada em *due diligence* realizada quando na aquisição do negócio (ver parâmetros considerados na avaliação na nota 3.1(g)) em relação à produção efetiva no mês. **k. Instrumentos Financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As pesas a receber de clientes correspondem ao valor nominal de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Outros ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado e são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor de incorporação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger (*hedge*) suas exposições aos riscos de variação do preço da *commodity*. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Empresa e à redução de sua exposição aos riscos, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. As contrapartidas são fornecidas por bancos, seguradoras ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. O Grupo não oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG; • Nível 2: informações, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, baseado) ou indiretamente (ou seja, derivado de preço); • Nível 3: informações, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo. O Grupo não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e 3. **Ativos financeiros:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria custo amortizado e, subsequentemente, os mensura ao valor justo, por meio do resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo (fora do instrumento). Ao reconhecimento inicial, o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou ao longo do período de reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações pros-

pectivas (*forward-looking*). O Grupo avalia, em cada data de balanço, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito, que é avaliado diretamente pela Administração do Grupo e leva em consideração (política de crédito); • Dificuldades financeiras significativas do devedor; • Quebra de cláusulas contratuais; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto satisfatório algum risco identificado com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(f) Ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem indícios de perda do valor recuperável (*impairment*). Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa - UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perdas, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **n. Provisões: (i) Reconhecimento e mensuração:** As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas a obrigações anteriores (últimos cinco anos) das controladas, uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevisíveis em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração do Grupo é de opinião que todos os tributos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2024 não tem conhecimento de ações de vulto formalizadas, ou não, contra as empresas do Grupo que implicassem na constituição de provisão adicional para cobrir eventuais desembolsos futuros. **o. Arrendamentos:** O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso será subsequentemente amortizado pelo período de tempo desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendatário transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso será periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. **p. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 29(k)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um ativo é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e em volumes suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levaram em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por o preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, a diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **q. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas do Grupo é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles ou, quando da proposição pela administração, dividendo mínimo obrigatório. **30. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alterações ao CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Alterações ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recorrentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa; e d) atualizam as divulgações para instrumentos com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG; e e) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o CPC 26 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do CPC 51 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 01 de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva. Isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

Contadora
Aline Cristina Lourenço Moraes - CRC: 1SP291677/0-5

Diretoria
Alessandro Saccoman Torrente - Diretor Administrativo e Financeiro - CPF: 163.689.008-30

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a administração da Companhia realizou de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Tor Participações S.A. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 18 de março de 2026

pw
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/5-4

Luís Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/0-5

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Data: 06/05/2026 06:15:43 -03:00



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: Z7T6E-NHUB7-KKCWV-B8WZ7

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 06/05/2026 06:15 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/Z7T6E-NHUB7-KKCWV-B8WZ7>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>